



JORNAL CRP 03 BA

www.crp03.org.br

ARTE: EDILENO CAPISTRANO



**Seminário: Prevenção
de Desastres**
PÁGINA 4

**Assembleia Geral define
orçamento de 2012**
PÁGINA 5

**Práticas alternativas:
pesquisa ou atuação
profissional?**
PÁGINA 11

**Entrevista: Psicologia e
Acessibilidade**
PÁGINAS 18

Cara(o)s leitora(e)s:

Quando uma categoria de relevância social como a nossa se envolve em debates, resoluções e ações tão intensas, o tempo passa e quase não percebemos, tal a nossa imersão. O ano de 2011 mal terminou, repleto de grandes conquistas e realizações tanto no âmbito nacional quanto em termos locais estaduais, e já estamos às voltas, neste início de 2012, com diversas propostas a serem discutidas e executadas com nossos pares. Na primeira edição deste ano, apresentamos matéria especial sobre a Avaliação Psicológica, destacando os aspectos dos Direitos Humanos atrelados a esta importante área da Psicologia. Na seção “Aconteceu”, trazemos resumo dos eventos mais importantes dos últimos meses, chamando a atenção para a Assembleia Orçamentária e a participação do CRP-03 no 16º Encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Entrevistamos ainda o psicólogo Adriano Barata (03/1712) que fala sobre as relações da Psicologia e questões envolvendo a(o)s deficientes física(o)s em Salvador. Também trazemos o perfil póstumo de Valter Rodrigues, profissional que se tornou referência em Vitória da Conquista, além de artigos da Comissão de Orientação e Fiscalização e do CREPOP. Por tudo isso, esperamos sinceramente que apreciem a leitura. Um excelente ano de 2012 e que vocês sempre compartilhem suas opiniões conosco.

Um abraço em toda(o)s.
Equipe de Comunicação. ☺

Expediente

O Jornal do CRP-03 é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da Bahia.

Diretoria:
Valter da Mata (presidente)
Alessandra de Almeida (vice-presidente)
Maria Célia Vaz (tesoureira)
Nicoleta Mattos (secretária)

Conselheiras (os) efetivas (os):
Carlita Bastos, Jeane Araújo, Kueyla Bittencourt,
Rosângela Castro e Valdísis da Mata

Conselheiras (os) suplentes:
Arneth Peixoto, Carlos Vinícius Melo, Cássia Eugênia Cardoso, Clayton de Almeida, Emmila Di Paula dos Santos, João Martins, Leni Fragoso, Rogério Abílio e Sônia Kader

Comitê Editorial:
Carlos Vinícius Melo, Kueyla Bitencourt, Helena Miranda, Rosângela Castro e Valter da Mata

Revisão Editorial:
Rosângela Castro

Coordenação Editorial:
Rosângela Castro

Jornalistas Responsáveis:
Gabriela Bastos Ferreira (MTE 3396/BA)
Tom Correia (MTE 3847/BA)

Estagiária:
Déo Nascimento

Jornalista Colaboradora:
Vanessa Mendes (MTE 2341/BA)

Projeto Gráfico e Produção Editorial:
AG Editora: (71) 3014-4999

Impressão:
Sooffset Gráfica e Editora: (71) 3172-2121
Tiragem: 6.000 exemplares
Periodicidade: Trimestral

Sede: Rua Professor Aristides Novis, 27
B. Federação | Salvador | Bahia
Tel: (71) 3332-6168 | www.crp03.org.br

Ops, Ato Falho

Na produção do número anterior, cometemos alguns deslizes. Sabemos que “ato falho” evidencia um conteúdo inconsciente, entretanto, para nossa equipe, usar o termo aqui significa também manter o bom humor e o alto-astrol mesmo diante dos equívocos. Como “herrar é humano”, pedimos desculpas e corrigimos nossas falhas, prometendo redobrar nossa atenção nas próximas edições.

- No “Expediente”, em Jornalistas Responsáveis, onde se lê Gabriela Bastos Ferreira (MTb 3360-BA) leia-se Gabriela Bastos Ferreira (MTE 3396-BA).

- Na seção “Aconteceu”, na página 5, onde se lê “...Conselheira representante da Subsede Oeste, Emmila Di Paula...” leia-se “...Conselheira do CRP-03, Emmila Di Paula...”

- Na seção “Prestação de Contas”, na página 6, onde de se lê “Transparência é uma das diretrizes da gestão do XII plenário...” leia-se “Transparência é uma das diretrizes da gestão do XIII Plenário...”

- Em “Dicas de Leitura”, onde se lê “Deu Nascimento” leia-se “Déo Nascimento”.

Fique legal com a Psicologia:

Psicóloga(o)s, fiquem em dia com a sua anuidade. O pagamento pode ser feito com desconto nos meses de janeiro e fevereiro de 2012 ou parcelado em três vezes, com vencimento em janeiro, fevereiro e março. A data limite para efetuar o pagamento é 31 de março de 2012. A(o) profissional que estiver débito com Conselho pode entrar em contato com a tesouraria e negociar sua dívida com possibilidade de parcelamento.

Se você não recebeu o boleto, entre em contato com o CRP-03 através dos telefones: (71) 3332-6168, (71) 3247-6716, ramal 202 ou envie um email para: financeiro@crp03.org.br.

Sistema de Cadastro Nacional de Psicóloga(o)s já está disponível

O Conselho Federal de Psicologia disponibilizou em seu site (www.pol.org.br) o Sistema de Cadastro Nacional de Psicóloga(o)s, serviço que visa reunir os dados de toda(o)s a(o)s psicóloga(o)s inscrita(o)s nos Conselhos Regionais de Psicologia. O recadastramento da(o)s profissionais do país começou a ser feito pelo CRP-01 e CRP-05. Os outros CRs poderão fazer o procedimento em breve de acordo com o calendário que será definido. Entre no site do CFP e veja o folder explicativo do Cadastro.

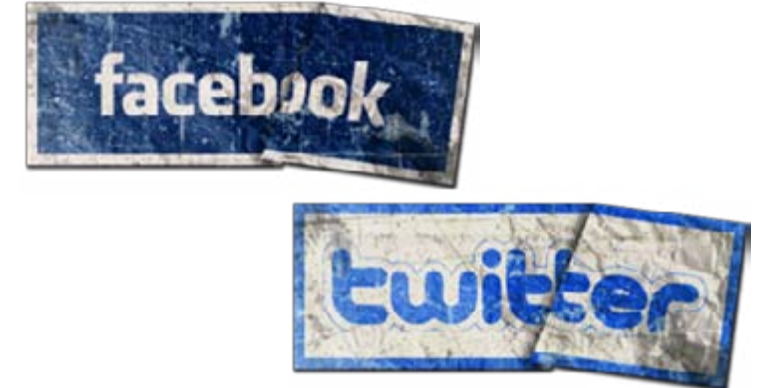


CFP disponibiliza Ouvidoria



Foi disponibilizado pelo Conselho Federal de Psicologia, um serviço de ouvidoria com intuito de servir como meio de comunicação entre profissionais, a sociedade e o Conselho, através de críticas, denúncias, sugestões, elogios e dúvidas. O contato pode ser realizado através do telefone 0800 642 0110; e-mail ouvidoria@cfp.org.br, pessoalmente ou por carta no endereço: Setor de Autarquias Federais Sul, Quadra 2, Bloco B, CEP 70.070-600, Brasília-DF. Para acessar o folder da ouvidoria acesse o site do CFP (www.pol.org.br).

CRP-03 nas redes sociais



Pensando em uma comunicação mais rápida e eficiente, o CRP-03 agora conta com uma página oficial no Facebook e um perfil no Twitter. Para visualizar as páginas, o usuário deve possuir cadastro nas duas redes sociais. Seja nosso(a) seguidor(a) no Twitter (<http://twitter.com/#1/crp03ba>) e curta nossa página no Facebook: Conselho Regional de Psicologia da Bahia.

Dia Mundial sem Carro é comemorado com Vaga Verde no CRP-03

Em comemoração ao Dia Mundial sem Carro, que acontece no dia 22 de setembro, a Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito do CRP-03 (COMHT) preparou o evento “Vaga Verde”, na mesma data, no estacionamento do Conselho. O espaço, geralmente ocupado por carros, foi transformado momentaneamente em uma área lúdica para pedestres, com almofadões, esteiras, música e livros para troca. A Comissão também aproveitou a oportunidade para fazer a divulgação do folder sobre prevenção à dependência de automóvel.

As chamadas “Vagas Verdes” já acontecem há algum tempo, em diversos lugares do mundo, promovidas por empresas privadas, órgãos públicos ou de forma autônoma. O objetivo da ação é ocupar vagas de automóvel momentaneamente com pessoas e várias formas de entretenimento. Para o psicólogo Lucas Jerzy (03/3247), membro da COMHT, essa atividade é uma forma de dar mais espaço à (ao) pedestre. “Nós não temos noção do quanto um carro parado ocupa espaço. Veja como essa área do Conselho é grande e nós não percebíamos, pois sempre têm carros estacionados aqui. Hoje, com a Vaga Verde, colocamos livros à disposição das pessoas, espreguiçadeiras, esteiras e o estacionamento virou um calçadão para pedestres”, disse.

Para a coordenadora da Comissão, Leni Fragoso (03/0873), a Vaga Verde tem uma grande importância para que se tenha consciência da utilização do automóvel. “O uso do automóvel não deve ser indiscriminado e sim de uma maneira racional e necessária”, falou. Muitas pessoas se aproximaram da área, seja para pegar livros, ou para conversar e ouvir música. O estudante de Ciências Sociais, Pedro Inácio, ficou contente com o evento: “acho que a iniciativa é boa por dois motivos: para sinalizar que o trânsito de Salvador está inviável e também por conta da democratização da leitura. Este espaço para os livros é bom, pois possibilita o contato das pessoas, de todas as faixas etárias, com a literatura”, contou o estudante que levou um dos livros expostos para casa.



Veja o folder sobre prevenção a dependência de automóvel no nosso site. Entre na página da Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito: <http://www.crp03.org.br/site/ComissaoMHTransito.aspx> e acesse o documento.

O Dia Mundial sem Carro é um movimento iniciado na Europa, no final do século XX e vem se espalhando no mundo inteiro. Esse manifesto acontece para chamar atenção sobre os problemas do uso indiscriminado dos automóveis e também para destacar o uso de outros tipos de transporte, a exemplo da bicicleta.

Fonte: <http://mountainbikebh.com.br/22setembro/>

Violência na 1ª Infância foi tema de Roda de Conversa no CRP-03

O Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do CRP-03 promoveu no mês de outubro de 2011, uma Roda de Conversa com o tema Violência na 1ª Infância e contou com a participação da psicóloga Cida Alves (09/1289) [foto, membro da Rede “Não Bata. Eduque!”].

Durante o encontro, a convidada falou um pouco sobre as diversas formas de violência contra a criança e a(o) adolescente como a violência sexual, física e psicológica e também relatou algumas das suas experiências na atuação profissional no atendimento de pessoas em situação de violência. 📌



Ascom/CRP-03

Criação do Fórum Baiano sobre Medicalização e fundação do Núcleo da ABEP

No mês de outubro, o CRP-03 participou de dois importantes eventos: da reunião para a criação do Fórum Baiano sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade na Faculdade de Educação (UFBA) e da reunião para a fundação do Núcleo da Associação brasileira do Ensino da Psicologia na Bahia (ABEP), na Baiana de Medicina e Saúde Pública. O Fórum terá atuação permanente a fim de mobilizar a sociedade para enfrentamento à medicalização da aprendizagem e do comportamento. Já o núcleo da ABEP visa planejar e implementar atividades orientadas pela Diretoria Nacional, promover a participação ativa dos integrantes do Núcleo por meio de atividades periódicas no âmbito do interesse dos seus associados, além de cooperar com o desenvolvimento do ensino da Psicologia em nível regional.

Prevenção de desastres foi tema de seminário em Salvador

Pela primeira vez a Bahia recebeu pesquisadora(e)s para divulgar o que vem sendo feito nas universidades para atenuar os efeitos das catástrofes naturais



Ascom/CRP-03



Ascom/CRP-03

Como enfrentar de maneira rápida e eficiente os efeitos causados por chuvas, deslizamentos e até mesmo terremotos, além de outros desastres naturais. Este foi um dos inúmeros temas abordados no Seminário de Inovações Científicas para Prevenção e Redução dos Desastres, organizado pelo CRP-03 em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e outras entidades. Durante cinco dias, de 17 a 22 de outubro, especialistas estiveram na capital baiana debatendo trabalhos científicos desenvolvidos no Brasil e no mundo sobre a prevenção de desastres. A importância da atuação de Psicólogo(a)s neste campo não se restringe ao momento específico da emergência e do pós-desastre. Cada vez mais inseridos nas comunidades, a(o)s profissionais da Psicologia estão desenvolvendo ações que envolvem desde a prevenção até o contato mais próximo com moradores de áreas de risco.

A percepção de risco, sensibilização e discussões sobre meio-ambiente também são orientadas por psicólogo(a)s. Para um dos organizadores do Seminário, Roberto Guimarães, a Bahia é muito carente de discussões sobre um assunto que diz respeito a toda população. “Buscamos trazer o que há de mais avançado no Brasil e a ideia do encontro foi difundir informação tanto no meio acadêmico quanto para a população baiana”, disse. O evento fez parte da Semana de Popularização da Ciência e contou com a participação de pesquisadores como o professor da Universidade Federal de Pernambuco, Roberto Quental, que falou sobre o risco de deslizamentos e contribuições para sua redução. Para ele, além da aproximação da academia com a comunidade, o seminário foi importante porque disse à sociedade que é possível resolver problemas relacionados como densidade urbana e ocupação de áreas problemáticas. “Para isso é necessário que o Estado, em todas suas instâncias, a academia, ONG’s e a população estejam unidos em torno dessas soluções”, afirmou.

Fechando a programação do Seminário, foi realizada em 22 de outubro, no auditório do CRP-03, a mesa intitulada “As contribuições da Psicologia em situações de desastres” com a participação da pesquisadora Fernanda Vidal, do Coordenador Estadual

do Movimento Sem Teto da Bahia, Pedro Cardoso, do coordenador do Núcleo Baiano de Estudos Pessoa-Ambiente e gestor da organização Sócio-Ambientalista Joguelimpo, Thiago Siqueira e o médico Oswaldo Bastos, sub-coordenador de Equipes Especiais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Metropolitano Salvador (SAMU). A vice-presidente do Conselho, Alessandra Almeida (03/3642) deu início ao evento convocando a(o)s profissionais à ajudar na construção da prática da Psicologia das Emergências e Desastres. “Começamos esse debate em 2006, com o I Seminário Nacional da Psicologia das Emergências e Desastres, realizado em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, com o compromisso de construir comunidades mais seguras. Desde então estamos procurando cada vez mais criar referências e melhorar a nossa prática, pois a Psicologia tem se comprometido a ter uma atuação crítica e um posicionamento de proteção e discussão dos direitos”, explicou.

De acordo com a pesquisadora Fernanda Vidal, a(o) psicólogo(a) pode atuar na percepção de risco, mapeando as áreas e desenvolvendo estratégias de comunicação dirigidas ao público. “Eu acho essa área muito desafiadora. A(o)s profissionais que trabalham com isso percebem que uma série de etapas anteriores das políticas públicas não chegaram para aquelas pessoas e isso se converte em uma situação insustentável”, contou a palestrante. Segundo a coordenadora do Grupo de Trabalho Psicologia Emergências e Desastres, Manoelita Mota, o evento possibilitou às (aos) participantes uma noção de como esse tema vem sendo tratado no estado da Bahia e a oportunidade de identificar profissionais que atuam nessa área. “Existe no Sistema Conselhos de Psicologia, um planejamento sobre o tema de Emergências e Desastres para a construção de um corpo de conhecimento de atuação de psicólogo(a)s aqui no Brasil. Em todo o país, atividades como esta já foram, ou serão realizadas”, falou. A coordenadora do GT ainda comentou que o encontro funcionou como evento preparatório para levar as contribuições da Bahia para o II Seminário Nacional da Psicologia em Emergências e Desastres, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, em novembro de 2011, na cidade de Brasília. 📌

ANO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CRP 03

Abrindo uma série de eventos referentes ao Ano da Avaliação Psicológica do Sistema Conselhos, o CRP-03 promoveu uma palestra sobre o assunto, no dia 05 de novembro de 2011, conduzida pelo professor da Universidade São Francisco (Itatiba-SP), Rodolfo Ambiel. As discussões giraram em torno dos critérios e dos Direitos Humanos na realização da Avaliação Psicológica.



Ascom/CRP-03

16º Encontro Nacional ABRAPSO reuniu psicóloga (o)s e pesquisadora (e)s de todo Brasil em Recife



Ascom/ABRAPSO

Entre 12 e 15 de novembro de 2011, cerca de 5 mil psicólogo(a)s de diversas partes do país se reuniram para discutir a Psicologia Social e seus movimentos, no 16º Encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). O CRP-03 participou em diferentes modalidades propostas pela organização do evento como mesas redondas, grupos de trabalho e manifestações culturais.

Para a conselheira Rosângela Castro (03/3069), a participação do CRP-03 em eventos científicos permite não apenas difundir as discussões que vêm sendo desenvolvidas nos diferentes GT's e Comissões, como também permite visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia, o modo como a(o)s colegas de diferentes locais vêm respondendo a isso além de preparar diferentes psicólogo(a)s (conselheira(o)s e voluntária(o)s) a continuar conduzindo o CRP-03 de maneira sintonizada com as atuais discussões na comunidade científica brasileira. No intuito de democratizar as informações a toda a categoria, disponibilizamos a síntese de todos os trabalhos apresentados no nosso site.

Conselho realiza Assembleia Geral Ordinária

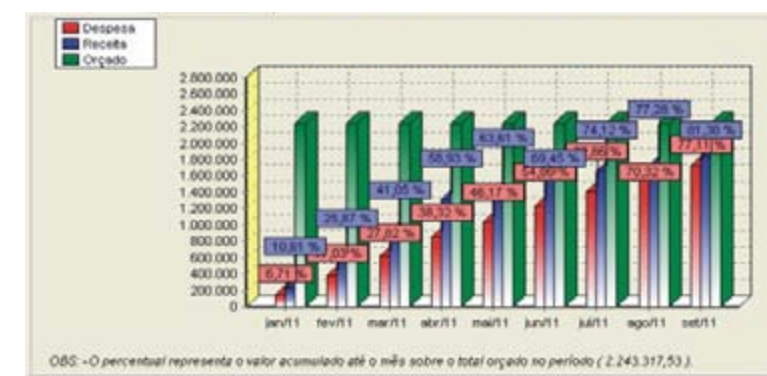
Ascom/CRP-03



Em 25 de outubro de 2011, o Conselho Regional de Psicologia da Bahia realizou a Assembléia Geral Ordinária, com o objetivo de apresentar à categoria de psicólogo(a)s inscrita(o)s no CR a Prestação de Contas da autarquia no período de janeiro a setembro de 2011, aprovar a Previsão Orçamentária e discutir sobre o valor da anuidade para o ano de 2012.

Durante a prestação de contas, a conselheira tesoureira, Maria Célia Vaz, demonstrou à categoria o que o CR arrecadou e suas despesas no período de janeiro a setembro de 2011 conforme o quadro e o gráfico abaixo:

Receita	R\$ 1.825.570,16
Comparativo de Despesas em R\$	
Pessoal e obrigações	496.037,25
Material de Consumo	37.173,69
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	89.705,89
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	494.353,77
Reuniões, Congressos, Conf. e Eventos	25.004,30
Transferências Correntes	447.1156,80
Equipamentos e Materiais Permanentes	17.751,14
Transferências de Capital	122.699,28



A anuidade não sofreu alteração para 2012. Sem nenhuma contraproposta, a sugestão apresentada pela conselheira, de manter o mesmo valor da anuidade de 2011, para o ano de 2012, foi aprovada e acatada por toda(o)s a(o)s presentes. O valor da anuidade, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica, continua R\$366,32 mais o Fundo de Seção R\$ 4,08 totalizando: R\$370,40. O Fundo de Seção é repassado ao Conselho Federal de Psicologia para a manutenção das seções dos CRPs, a exemplo de Sergipe que era uma seção do CRP-03 e atualmente se institui como CRP-19 devido ao processo de desmembramento.

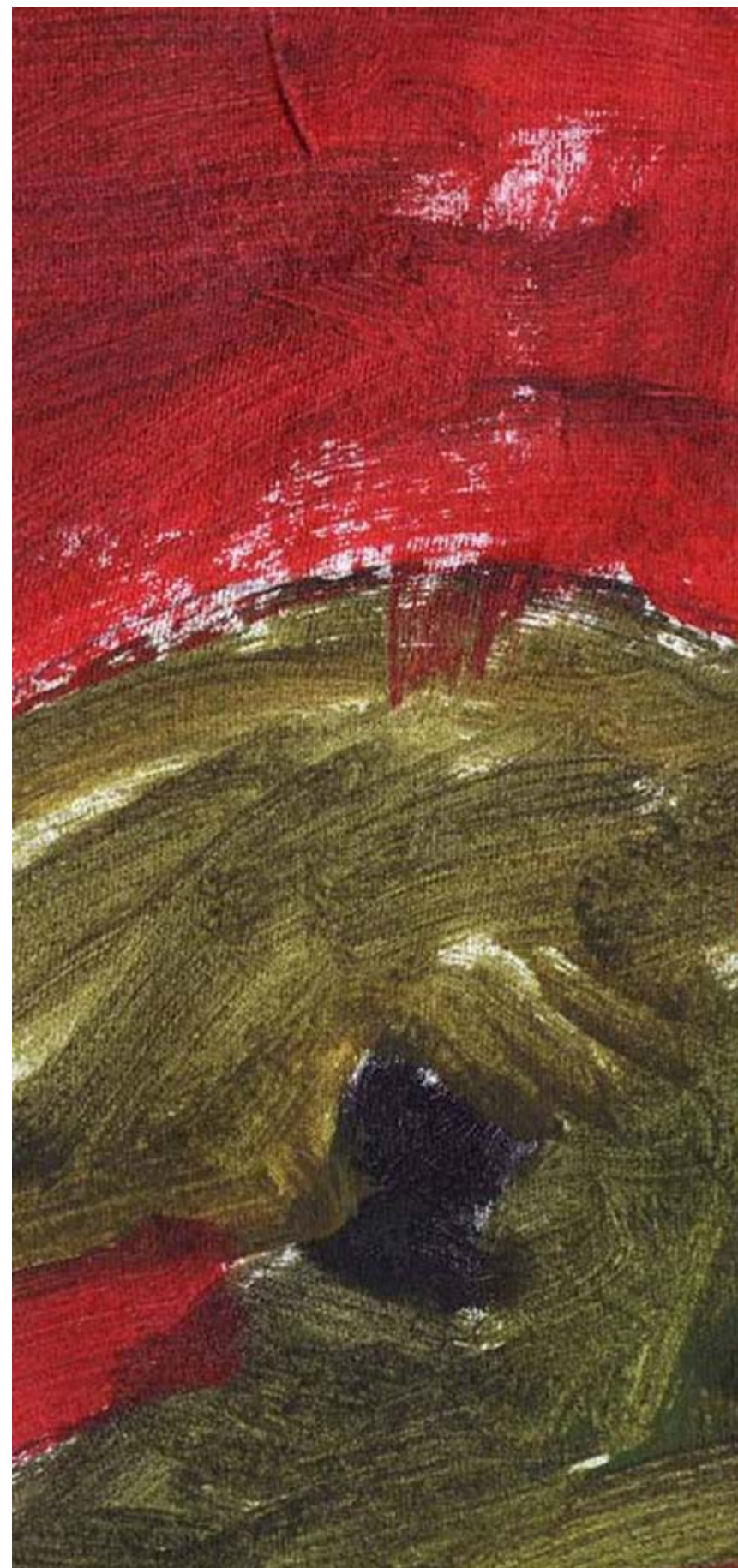
Para o presidente do CRP-03, Valter da Mata, a Assembleia é um momento de transparência, pois a categoria é informada sobre como é usado o dinheiro da autarquia. “Apesar de essas informações estarem no site é na Assembleia que as pessoas podem tirar suas dúvidas e onde é feito o diálogo entre Conselho e categoria”, afirmou.

Acesse as Prestações de Contas do CRP-03 em nosso site: <http://www.crp03.org.br>

OS DELICADOS CAMINHOS DA AVALIAÇÃO

A grande responsabilidade ético-profissional de Psicóloga(o)s que utilizam a Avaliação Psicológica no seu dia-a-dia ressalta a importância do debate em torno de um tema polêmico e repleto de particularidades

Texto: Tom Correia



Testes aplicados de maneira indevida por pessoal sem qualificação e sem critérios; instruções equivocadas que induzem a erros de avaliação; supervalorização do quantitativo; uso de único instrumento como resultado definitivo e interpretação generalizada. Estes foram os principais problemas relatados por psicóloga(o)s entrevistada(o)s pela pesquisadora Ana Paula Noronha resultando em artigo publicado em 2002 na revista Psicologia: Reflexão e Crítica.

Passada uma década, as mudanças foram significativas: além do reconhecimento da importância e um novo olhar sobre o tema, não há mais o descaso da(o) profissional da Psicologia em relação à técnica dos instrumentos. Entretanto, apesar dos esforços do Sistema Conselhos em debater e estabelecer práticas de atuação, o que se relata é a permanência dos antigos entraves e o surgimento de novos desafios na área de Avaliação Psicológica (AP), uma das mais antigas e que mais absorvem profissionais nas suas fileiras.

Assunto de constante dilema e conflito, ao mesmo tempo em que não assegura 100% de acerto na aplicação dos testes, a AP, também estabelece um consenso entre a comunidade Psi: não pode ser dispensada porque, sendo bem conduzida, torna-se elemento de grande auxílio às(aos) profissionais quando se trata, por exemplo, de processos seletivos e psicodiagnósticos. Para o psicólogo e professor da Universidade São Francisco (SP), Rodolfo Ambiel (06/96708), mais do que um ano de comemorações, 2011 foi um ano de balanço. Ele chama a atenção para as limitações dos testes psicológicos e da incerteza de profissionais ao lidarem com a AP. “Quem pode garantir, por exemplo, que um alto nível de heteroagressividade pode causar acidente de trânsito? A falha mais gritante está na função preditiva da avaliação [capacidade de correlacionar efetivamente os dados encontrados na AP versus variáveis externas] e isso a Psicologia ainda não conseguiu resolver. Na verdade, a gente não sabe se a nossa avaliação funciona ou não”, questiona. Na opinião de Ambiel, a falta de certeza plena dos serviços que a(o)s Psicóloga(o)s prestam à sociedade, termina fragilizando a credibilidade da(o)s profissionais. “Não podemos deixar de encarar o fato de que nós, enquanto categoria profissional e científica, tomamos decisões sem saber exatamente em que nos baseamos”, reafirma.

Já o professor do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília, Marcelo Tavares, afirma no artigo “Validade Clínica” que “Não é uma tarefa fácil desenvolver atitudes e valores básicos necessários para se compreender uma pessoa e simultaneamente aprender técnicas diagnósticas ou psicoterapêuticas de se lidar com ela. Por vezes cometemos erros, sendo o pior deles a arrogância de acharmos que sabemos o que a pessoa é, fechando possibilidades ou desconsiderando seu contexto e sua continuidade histórica. Não podemos tomar as pessoas como um dado”, afirma.

Como se não bastasse a série de contratempos que prejudica o desempenho de Psicóloga(o)s em todo país, um problema crescente vem sendo detectado entre a(o)s profissionais: a disseminação, na internet, de soluções das provas e dicas de como a(o)s candidata(o)s devem se comportar nas entrevistas. É justamente neste ponto, em que os instrumentos não são capazes de apontar com precisão as dissimulações, que o olhar da(o) profissional é mais requisitado. Na opinião de Neuza Zamarioli (03/1589), especialista em AP aplicada ao setor de Aviação, é possível flagrar a(o) candidata(o) que chega treinada(o). Ela, por exemplo, certa vez questionou uma candidata que se contradisse ao preencher um teste sobre suas características. “Quando a(o) profissional tem conhecimento e experiência acumulados, o vazamento de testes na internet não intimida. Temos que ser sempre criteriosos e confiantes na avaliação que fazemos, senão vai tudo por água abaixo”, sentenciar. Um dos maiores equívocos cometidos por profissionais é quando fazem do teste o único recurso da avaliação, negligenciando uma triangulação com outras técnicas como observação e entrevista.

Ano Temático | O Sistema Conselhos de Psicologia definiu 2011 como o Ano da Avaliação Psicológica com o objetivo de mapear as necessidades para qualificação da área e discutir a adequação das ferramentas aos parâmetros éticos da profissão e aos contextos de uso. A escolha do tema foi feita com o intuito de promover reflexão, com toda a categoria, sobre a AP como um processo complexo, no qual os direitos humanos devem ser garantidos, bem como os princípios éticos e técnicos da profissão, sendo o objetivo final das atividades a qualificação dessa prática no Brasil. Os eventos regionais aconteceram entre agosto e novembro do ano passado e o Seminário Nacional será realizado em março de 2012.

Dividido em três eixos, qualificação, relações institucionais e relação com o contexto de formação, de acordo com a Resolução CFP 007/2003, Avaliação Psicológica é “o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas — métodos, técnicas e instrumentos. Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica”. “Para avançar uma estratégia diagnóstica que mantenha um compromisso ético e humanitário, precisamos compreender as técnicas que utilizamos, suas funções, vantagens e limitações, respeitando a complexidade de cada técnica, do processo de avaliação psicológica e do sujeito submetido a ele.” Além das inúmeras ramificações, há ainda em torno da AP, questões filosóficas que tam-

A trajetória dos testes

1880 - A Década de Galton: Para o biólogo inglês Francis Galton (1822-1911), a avaliação das aptidões humanas se dava por meio da medida sensorial, através da capacidade de discriminação do tato e dos sons.

1890 - A Década de Cattell: Influenciado por Galton, o psicólogo norte-americano James M. Cattell (1860-1944) desenvolveu medidas das diferenças individuais, o que resultou na criação da terminologia Mental Test (teste mental).

1900 - A Década de Binet: Seus interesses se voltavam para avaliação das aptidões mais nas áreas acadêmica e da saúde. Alfred Binet e Henri Beaunis fizeram uma série de crítica aos testes até então utilizadas, afirmando que eram medidas exclusivamente sensoriais que, embora permitisse maior precisão, não tinham relação importante com as funções intelectuais.

1930 - A Década da Análise Fatorial: Por volta de 1920, diminuiu o entusiasmo pelos testes de inteligência, sobretudo por se demonstrar dependentes da cultura onde foram criados, o que contrariava a ideia de fator geral universal de Spearman. Kelley quebrou a tradição de Spearman em 1928, e foi seguido, na Inglaterra, por Thomson (1939) e Burt (1941), e nos EUA, por Thurstone.

1940-1980 - A Era da Sistematização: Esta época é marcada por duas tendências opostas: os trabalhos de síntese e os de crítica. Em 1954, Guilford reedita Psychometric Methods e tenta sistematizar a teoria clássica, e Torgerson (1958) a teoria sobre a medida escolar.

1980 - A Era da Psicometria Moderna: (Teoria de Resposta ao Item - TRI). Talvez chamar a era atual de TRI seja inadequada, porque: a) Esta teoria embora seja o modelo no Primeiro Mundo, ainda não resolveu todos seus problemas fundamentais para se tornar um modelo definitivo de psicometria e, b) Ela não veio para substituir toda a psicometria clássica, mas, apenas partes dela. Porém, é o que há de mais novo nesse campo.

Fonte: PASQUALI, Luiz. Histórico dos instrumentos psicológicos. In: PASQUALI, Luiz. (Org.). Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração. Brasília, DF: IBAPP, 1999. p.1-12.

“É preciso amadurecimento profissional para que possamos ter maior entendimento e consenso sobre o que de fato atinge os direitos humanos, sobre as condutas éticas que devemos dar relevo e sobre a prática de uma avaliação psicológica que tenha como centro de sua atividade o ser humano em sua integralidade”

bém se refletem de modo direto ou indireto no dia-a-dia de avaliada(o)s e avaliadora(e)s. Ainda segundo Tavares, o positivismo clássico que orienta a prática psicométrica, tem validade pelo fato dele atender a critérios chamados de reliability, traduzido como confiabilidade, fidedignidade ou precisão. É justamente este último termo que colabora para associar uma visão positivista à precisão da avaliação.

“A visão ingênua do positivismo pode levar à crença de que é a psicometria que dá à Psicologia o seu estatuto de ciência. Se fosse assim, não seria necessário se preocupar em encontrar uma validade clínica fora dos parâmetros de um dado instrumento”, afirma. Ainda segundo o autor, questões relativas a grupos (nomotéticas) e ao indivíduo (idiográficas) geram tensões em relação ao conceito de validade técnica. O significado atribuído a um sujeito não é necessariamente o mesmo atribuído aos grupos de validação empírica. Exemplo: pessoas da área rural ou de classes desfavorecidas não devem ser comparadas em avaliação com pessoas brancas urbanas com nível universitário.

Mã formação | Apontado como um dos grandes vilões de um processo que termina se refletindo na atuação de profissionais, a proliferação desmedida de cursos



de Psicologia preocupa à medida que se constata a qualidade duvidosa do ensino. Na opinião de Márcia Simões (03/0860), o impacto do crescimento de oferta de vagas na última década no Brasil é percebido com nitidez. “Isso tem contribuído para que uma grande soma de profissionais atuantes seja muito jovem, com pouca experiência, embora muita(o)s estejam investindo em cursos de pós-graduação, compensando a defasagem de conhecimento. Entretanto, será preciso aguardar o amadurecimento profissional deste contingente para que possamos ter maior entendimento e consenso sobre o que de fato atinge os direitos humanos, sobre as condutas éticas que devemos dar relevo e sobre a prática de uma avaliação psicológica que tenha como centro de sua atividade o ser humano em sua integralidade e respeitando os contextos em que se encontram o(a) avaliador(a), a(o) avaliada(o) e demais interessada(o)s nos processos de avaliação psicológica e seus resultados”, afirma. Em meio a um turbilhão subjetivo que envolve decisões clínicas e seletivas, instrumentos variados, testes contraditórios e falta de cursos de especialização na área, é certo que utilizar os instrumentos da AP requer uma série de competências e postura por parte da(o)s profissionais que atuam na área.

Do Trânsito à Educação, da Saúde ao Jurídico, dos setores de Recursos Humanos à obtenção de porte de arma. Por mais alto que seja o grau de precisão dos instrumentos, nada pode substituir o cabedal de conhecimento, experiência, senso crítico e ético que compõe o perfil ideal de um(a) profissional da Psicologia. Para o Orientador Fiscal do CRP-03, Rogério Greenhalgh (03/2012), o aspecto dos Direitos Humanos não pode ser deixado de lado na AP. “Acho que toda(o) psicóloga(o) deve lembrar da grande responsabilidade que é avaliar uma pessoa que precisa ter seus direitos respeitados e ser respeitada de acordo com a sua história de vida. Ter diante de si um(a) avaliado(a) para quem é muito importante receber uma avaliação bem feita. E que com o tempo de atuação a(o) psicóloga(o) não se deixe levar por uma postura mecanicista, avaliando de maneira automática”, conclui.

¹ NORONHA, Ana Paula Porto. Os problemas mais graves e mais frequentes no uso de testes psicológicos. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 135-142, 2002

² TAVARES, Marcelo. Validade clínica. Psico-USF, Itatiba, v.8, n.2, p.125-136, jul./dez. 2003

³ Ibidem, p.126

SABIA DISSO?

Na Bahia, em 1924, Isaías Alves (1888-1968), educador que teve papel de destaque na Faculdade de Filosofia da UFBA, fez a adaptação da escala Binet-Simon, sendo considerado como um dos primeiros estudos de adaptação de instrumentos psicométricos no Brasil.

Reflexos em várias áreas | O Ministério da Saúde divulgou recentemente que em 2010 o Brasil registrou o maior número de mortos no trânsito dos últimos 15 anos. Segundo a pasta, 40.610 pessoas morreram nas ruas, avenidas e rodovias brasileiras, atingindo a média de 111 óbitos por dia. As dificuldades da atuação de Psicólogos do Trânsito são inúmeras, uma delas, a de atender interesses comerciais das clínicas que exigem resultados em até 72 horas para psicotestes para emissão de Carteira Nacional de Habilitação. Recentemente, o professor Rodolfo Ambiel fez uma experiência com cerca de 40 psicóloga(o)s em momentos diferentes em São Paulo, Bahia e Goiás. A pedido, ela(els) analisaram um estudo de caso envolvendo inteligência, memória, atenção e personalidade, além do trecho de uma entrevista. Divididos em grupos, eles deviam analisar os resultados e dizer se a pessoa era apta ou inapta.

O nível de concordância entre a(o)s Psicólogos foi muito baixa. Além da falta de unidade em torno da AP, Ambiel compara o fato de que em 60 anos, apenas 30 artigos foram publicados sobre o Trânsito no Brasil ao passo que o número de Carteiras Nacionais de Habilitação emitidas em 2010, apenas do estado de Pernambuco, chegou a cerca de 450 mil. "Há um vazio entre esses dados que merece ser investigado e não se trata de uma pesquisa difícil de ser feita, basta que se tenha acesso aos dados. As pessoas que produzem artigos e a(o)s que possuem as estatísticas não estão dialogando", pontua.

Além de permear outras áreas de extremo apelo social como os setores Educacional e Jurídico, a AP também tem grande influência ao ser prevista pela Lei Federal 9437, em vigor no país desde fevereiro de 1997. A Resolução 018/2008 do CFP considerando a Lei 10.826/03, o Decreto 5.123/04, a Instrução Normativa DPF 023/05 e a legislação correlata, define e regulamenta o uso, a elabo-

ração, a comercialização de testes psicológicos e institui o manual de elaboração de documentos escritos produzidos por psicólogos decorrentes de avaliação psicológica, referindo-se a demandas de Instituições militares e civis, policial federal, guarda municipal, agentes penitenciários e empresas de segurança privada.

Trabalhando com AP há mais de 30 anos, a ex-conselheira do CRP-03, Carolina Ywata (03/0179) é um(a) da(o)s 14 profissionais credenciada(o)s pela Polícia Federal na Bahia para aplicar testes e emitir laudos para registro e porte. Ela assegura que houve um esforço conjunto muito grande para que a AP deixasse de ser um elemento de exclusão e passasse a ser vista como um instrumento de ajuda à sociedade. Na sua área de atuação, a psicóloga ressalta aspectos que têm merecido amplo estudo e profunda reflexão devido à imprevisibilidade das consequências. Um exemplo disso é que ao analisar os instrumentos usados são identificadas situações interferindo além do próprio limiar de tolerância, quer seja nas funções mentais ou no equilíbrio afetivo-emocional. "Mesmo que transitoriamente, é prudente considerar o potencial de risco para a pessoa que tem acesso a arma de fogo, em tais condições. Pesquisas mostram que o uso inadequado termina não só onerando o Estado, mas também ocasionando sérios problemas a(o)s cidadã(o)s, familiares e à sociedade. É desejável que o profissional devidamente habilitado seja cuidadoso no processo de AP como um todo", afirma.

Além de testes que podem durar de 4 a 12 horas, a depender do ritmo de cada avaliada(o), outras etapas são cumpridas, envolvendo acolhimento e entrevista. Outro ponto destacado por Ywata é que toda(o) candidata(o) recebe uma entrevista devolutiva com o resultado da avaliação, independente de haver avanço ou não no processo. 



SATEPSI, o que é?

O Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) foi criado pelo CFP para avaliar os testes psicológicos comercializados no Brasil, a fim de garantir a qualidade desses instrumentos. O CFP disponibiliza um conjunto de documentos sobre a avaliação dos testes, tais como resoluções, editais, grupo de pareceristas, comissão consultiva em avaliação psicológica, novidades e respostas para as mais frequentes perguntas dirigidas ao CFP sobre o tema. É preciso esclarecer que os testes psicológicos considerados desfavoráveis, segundo os critérios estabelecidos na Resolução CFP n.º 002/2003, dizem respeito ao emprego dos Manuais - sem o devido estudo na população brasileira -, os quais foram considerados inadequados para uso do profissional quanto ao levantamento e à análise dos dados. O profissional que utiliza testes psicológicos deverá, portanto, estar atento para o SATEPSI, acompanhando a lista de testes psicológicos que é atualizada frequentemente para saber quais instrumentos podem ser utilizados no seu exercício profissional as atualizações, lembrando que será considerada falta ética o emprego de instrumento com parecer desfavorável pelo CFP. Saiba mais: <http://www2.pol.org.br/satepsi>

OS DIREITOS DA(O)S AVALIADA(O)S

- Acesso às informações
- Ter a aplicação feita por profissional de Psicologia
- Oportunidades iguais
- Respostas avaliadas de acordo com padrões adequados e justos
- Critérios bem definidos para tomada de decisão
- Receber retorno da avaliação (devolutiva)
- Solicitar reteste

10 PERGUNTAS SOBRE TESTES PSICOLÓGICOS

Os Testes Psicológicos são os instrumentos da(o)s psicóloga(o)s mais conhecida(o)s pela população em geral: seja na hora de tirar a Carteira Nacional de Habilitação para motorista ou em uma seleção de emprego, os testes psicológicos são utilizados. Por isso, vira e mexe a gente ouve falar do "teste do desenho" e dos "testes de inteligência". Isso sem falar no famoso "teste vocacional". Mas tem muita gente que não entende como os testes funcionam. Para tirar algumas dúvidas e tranquilizar quem precisa passar por um psicoteste aí vão 10 perguntas (e respostas) sobre o assunto.

1. Quem pode aplicar os Testes Psicológicos? É muito importante dizer que somente psicóloga(o)s podem utilizar os testes. Testes Psicológicos não podem ser aplicados por psiquiatras, pedagoga(o)s, assistentes sociais ou outra(o)s profissionais. Isso se deve à especificidade da sua construção, aplicação e da necessidade de interpretação correta dos seus resultados e a uma obrigatoriedade legal (lei. 4.119/62). Os resultados devem ser interpretados dentro de um contexto específico e, para isso, é necessário muito estudo e treinamento

2. Quantos tipos de Teste Psicológico existem? Basicamente, os Testes Psicológicos se dividem em três grupos distintos: psicométricos (ex: inteligência, fatores específicos como: atenção, percepção, memória, etc), projetivos (testes de personalidade) e os inventários. Cada grupo reúne tipos diferentes de testes..

3. O que são testes psicométricos? Testes psicométricos são aqueles que fazem uso da medida matemática para avaliar o sujeito. Os resultados decorrem de um cálculo e o cálculo de cada sujeito é comparado com uma tabela de resultados para a população em geral. Como exemplo de testes psicométricos, temos o WIISC (inteligência infantil), BPR-5 (raciocínio) e o TNNVRI (Não verbal para raciocínio infantil).

4. O que são testes projetivos? São aqueles testes que fazem uso da projeção, ou seja, são testes que permitem que a pessoa manifeste algum aspecto da sua história ou da sua personalidade, mesmo que não perceba isso. Por exemplo, temos o HTP (Teste da Casa-Árvore-Pessoa), que avalia a personalidade através de desenhos, e o TAT (Teste de Apercepção Temática), que usa as histórias que o indivíduo conta para avaliar a sua personalidade e o seu estado mental. O Rorschach, o famoso teste das manchas, também é um teste projetivo.

5. Como são construídos os testes? Testes psicológicos partem de "construtos", ou seja, o que vai ser avaliado. Um teste que mede "inteligência", para dar um exemplo, parte de uma definição clara do que é inteligência (p.ex.: "inteligência é a capacidade de reagir aos estímulos do ambiente de forma a melhor adaptar-se" – uma definição que pode ser mudada de acordo com o autor do teste) .A partir daí, é construído um instrumento que permite que a(o) psicóloga(o) avalie a inteligência – de acordo com a definição dada pelo teste. Os testes psicológicos são então aplicados a vários grupos de pessoas para definir qual parte da população pode ser avaliada a partir deles e como os resultados devem ser interpretados. O Conselho Federal de Psicologia então avalia as pesquisas e define se os testes podem ou não ser utilizados pela(o)s psicóloga(o)s.

6. Quem vende os Testes Psicológicos? Existem editoras responsáveis por vender e publicar os testes, como também as livrarias especializadas que revendem o material para a(o) psicóloga(o). É importante repetir: somente psicóloga(o)s podem comprar e usar testes psicológicos. Portanto, a venda só se dá perante a apresentação da identidade profissional de psicóloga(o), caso contrário caracteriza-se contravenção penal pelo exercício ilegal da profissão.

7. Como fazer para passar no Teste Psicológico? Como são usados em recrutamento e seleção, há muitas pessoas que querem saber "como passar no teste psicológico". Não existe "passar" no teste psicológico. O teste psicológico dá um retrato da pessoa no momento da aplicação (fatores situacionais) como também prognóstica (poder preditivo do teste em função dos fatores estruturais do candidato observados na avaliação). Durante uma seleção de candidata(o)s, os testes são utilizados para verificar se a pessoa tem um perfil compatível com o da vaga a ser preenchida.

8. É verdade que eu preciso desenhar uma árvore com raiz? Repetindo: não existe fórmula para "passar" no teste psicológico. Tudo o que se diz no senso comum a respeito dos testes não tem fundamento científico. E nenhum(a) psicólogo(a) vai te falar como fazer para passar, sob pena de sofrer sanções do Conselho através de um processo ético.

9. Tod(a)o psicóloga(o) usa Teste Psicológico? Não. O teste é um instrumento dentre vários outros, mas a(o) psicóloga(o) não é obrigado a utilizá-lo. Há psicóloga(o)s que preferem basear seu diagnóstico em entrevistas, o que é perfeitamente aceitável.

10. Eu não passei no teste, e agora? Você tem direito a uma entrevista devolutiva da(o) psicóloga(o). Ela(e) não vai fazer terapia com você, mas pode dar um indicativo dos motivos que levaram você a não passar na seleção. Se você achar necessário, procure ajuda de um(a) psicólogo(a) clínico(a) para trabalhar as questões que impediram a sua aprovação.

Se você quer saber quais são os testes psicológicos autorizados para uso no Brasil, consulte o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos do CFP através do site: www.pol.org.br/satepsi

Fonte: texto adaptado do site www.conversadepsicologo.com



Para saber mais:

Livros



"Avaliação Psicológica – Guia de Consulta para estudantes e profissionais de psicologia".

Rodolfo Ambiel e outros Orgs.
Ed. Casa do Psicólogo.



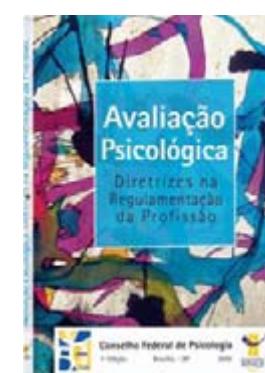
"Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores"

CFP, 2011



"A falsa medida do homem"

Stephen Jay Gould,
Ed. Martins Fontes.
2003



"Avaliação Psicológica – Diretrizes na Regulamentação da Profissão"

CFP, 2010

Formação e Atuação em Políticas Públicas

GISELE LOPES (03/4934) – TÉCNICA DO CREPOP-03
DENISE VIANA SILVA – ESTAGIÁRIA DO CREPOP-03



As discussões em torno da formação em Psicologia têm provocado inúmeras indagações, sustentadas principalmente pelas críticas às práticas profissionais, nem sempre condizentes com a realidade atual e com as novas demandas do trabalho em Psicologia. Essa dificuldade é comumente atribuída, pela(o)s própria(o)s psicóloga(o)s, ao inadequado preparo em seus cursos de graduação⁵. Questões complexas como esta fazem parte de uma série de tramas de relações políticas, sociais e econômicas, que refletem diretamente no campo educacional. Para compreendê-las, ou minimamente refletir a respeito destas preocupações, faz-se necessário o resgate histórico da formação em Psicologia no Brasil, para quem sabe assim perceber a atual conjuntura desta diante das políticas públicas e pensar novas metodologias que possam contribuir para o enfrentamento dos desafios encontrados durante e após a graduação.

Um dos marcos na história brasileira da formação em Psicologia é a regulamentação da profissão em 1962, onde o ensino foi enfatizado devido a necessidade de divulgação do conhecimento psicológico e preparação da(o)s trabalhadora(e)s para o exercício da profissão recém-regulamentada³. A partir de então, com a expansão da oferta de cursos, iniciou-se as preocupações com o preparo “técnico” da(o)s profissionais, detectando problemas decorrentes da falta de docentes tituladas(os) e de infra-estrutura para ensino, pesquisa e prática. As constatações suscitaram o estudo e a discussão sobre a formação acadêmica, que objetivaram a busca de melhorias⁴. No artigo 10, do Decreto-lei nº 53.464 da referida regulamentação da Lei 4119/1962, “oficializado” a profissão de psicóloga(o) no Brasil², foi previsto que os cursos deveriam obedecer ao currículo mínimo, do qual faziam parte algumas disciplinas obrigatórias e algumas outras, opcionais, escolhidas pelas próprias faculdades, não sendo, nenhuma delas, direcionada especificamente para a pesquisa. Segundo Cruces⁶, em suas décadas iniciais, a formação de psicóloga(o)s tinha um preparo muito mais técnico e em atendimentos clínicos, sendo pouco frequentes matérias ou estágios aonde se problematizassem os procedimentos e as técnicas psicológicas voltadas principalmente para o “tratamento de desajustes”.

Mais recentemente, entre as modificações curriculares para a formação de psicóloga(o)s, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, assinadas em 2004, onde novas competências e habilidades profissionais são propostas às (aos) estudantes. Estabeleceu-se nesta que as instituições de ensino superior garantam o domínio de conteúdos básicos e necessários à atuação na área, e em ênfases curriculares, pelas quais as instituições desenvolveram o seu projeto pedagógico contemplando as especificidades e adequando os cursos às realidades sócio-econômicas e geográficas¹. O documento em questão prevê ainda que a formação seja “abrangente e pluralista”, que tenha bases teóricas e epistemológicas, que sustentem as práticas profissionais, comprometidas com a realidade sociocultural; que a(o)s aluna(o)s sejam preparada(o)s para analisar o seu campo profissional, identificar exigências de natureza psicológica e intervir de acordo com referenciais éticos e teóricos que mantenham compromisso social; que seja preparada(o) para formular questões de investigação científica e tomar decisões metodológicas quanto sua escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa.

Estas propostas, apesar das dificuldades em sua execução, abriram espaços dentro da academia para a discussão dos novos campos da Psicologia, entre estes, as Políticas Públicas. Com a redemocratização do país, a partir da Constituição de 1988, e o início da atuação de psicólogas(os) em políticas públicas, os problemas com a formação e a atuação, que já estavam sendo identificados, foram amplamente debatidos. O Conselho Federal de Psicologia e seus Regionais incentivaram e realizaram estudos que permitiram detectar com maior precisão as características e os problemas da profissão. Uma das principais conclusões dos estudos é a de que os cursos de graduação em Psicologia necessitavam de mudanças que garantissem a formação de profissionais mais preparada(o)s para divulgar e desenvolvê-la como ciência e profissão.

Nesta perspectiva, considerando que as políticas públicas vêm sendo uma das áreas que mais tem ampliado o número de vagas para psicóloga(o)s e, no intuito de melhor qualificar sua atuação, muita(o)s profissionais, pesquisadora(e)s, professora(e)s e estudantes têm dedicado os seus estudos e práticas na troca de experiências e construção de literaturas nacionais, a partir da publicação de artigos e exposições em seminários e congressos. Nota-se que algumas das questões levantadas no início da formação em Psicologia no Brasil retornam ao espaço atual, especialmente no que concerne à inserção desta ciência nas Políticas Públicas, como a expansão da oferta de cursos, por um lado, e o insuficiente número de professora(e)s titulada(o)s na área, por outro, bem como a detecção de problemas na formação acadêmica. No entanto, também se percebe que a instituição de laboratórios e grupos de extensão universitária, assim como o aumento dos programas de pós-graduação e formação continuada, tem atuado buscando compor um lugar político e efetivamente participante na constituição de uma Psicologia comprometida com as novas demandas sociais.

Para falarmos de uma realidade mais próxima desta relação entre a Psicologia e as Políticas Públicas, trazemos dados da pesquisa exposta no 7º Congresso Norte e Nordeste de Psicologia, em maio de 2011, pela professora e pesquisadora Úrsula Yglésias, que versou sua apresentação a respeito do lugar ocupado atualmente pelas Políticas Públicas

dentro dos conteúdos programáticos dos cursos de Psicologia da Bahia. Das trinta instituições baianas, dezenove (63,33%) não possuem disciplina em Políticas Públicas. Cinco (16,66%) vinculam Política Públicas a temas da saúde (com as disciplinas: Promoção da Saúde e Política Pública; Política Pública de Saúde; Política Pública e Saúde; Política Pública e Saúde Coletiva). Três (10%) vinculam Política Públicas a temas da Psicologia Institucional e Organizacional (com as disciplinas: Psicologia Institucional e Políticas Públicas, Organização e Política Públicas, Instituições e Política Públicas). E apenas três (10%) apresentam disciplinas específicas em Políticas Públicas (com as disciplinas: Seminários de Políticas Públicas e Políticas Públicas)⁷.

Com estes dados, percebe-se que muitos cursos baianos, apesar dos avanços com as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004, continuam não discutido amplamente a questão das Políticas Públicas dentro da formação acadêmica. Verifica-se que os cursos do estado iniciam seus primeiros passos para a fomentação do tema, sendo ainda tímida a construção de um espaço das políticas públicas dentro dos centros acadêmicos, no sentido de contemplarem as diversas práticas da Psicologia. Naturalmente, a formação será sempre um recorte das possibilidades e conhecimentos produzidos na área. Além disso, as políticas sociais, nas quais se inserem uma diversidade de setores, estão sempre em transformação. Porém, considerando que este é um tema transversal, a discussão sobre atuação em Políticas Públicas pode estar presente em diversos momentos da graduação (relacionado, por exemplo, aos ciclos de vida, à família, à gestão do trabalho, às temáticas de saúde e educação, às ações com grupos, dentre outros). Por outro lado, pode ser alocada como disciplina específica, diante da complexidade de sua formulação, implantação, avaliação e controle social, bem como, devido quantidade de políticas nas quais a Psicologia está presente (assistência social, saúde, segurança pública, educação, habitação, mobilidade humana, entre outros).

A partir do exposto, constata-se a necessidade de uma nova mudança, que afete não apenas as teorias, mas, sobretudo, as práticas da formação em Psicologia, através da ampliação dos espaços, dos componentes curriculares e estágios voltados para os novos campos de atuação. Talvez assim possamos suprimir os resquícios de um perfil profissional estático, fechado em si mesmo e em suas técnicas, para instigar na(o)s psicóloga(o)s a abertura para transformações, práticas e ideológicas, assumindo concretamente o compromisso da Psicologia com as problemáticas da nossa população. Como um órgão mensurador das questões da Psicologia e das Políticas Públicas, o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) tem buscado oferecer às (aos) psicóloga(o)s e demais profissionais das Políticas Públicas, documentos que lhes permitam conhecer, embasar e refletir sobre o papel da Psicologia dentro desse campo. Deste modo, sendo um instrumento de grande relevância, considera-se importante o acesso ao material produzido pelo CREPOP por profissionais, estudantes e Instituições de Ensino Superior em Psicologia.

Refletindo sobre a formação do saber e do fazer psicológico, junto às exigências sociais do mundo contemporâneo, não se busca exclusivamente a constituição de estratégias de reconhecimento do trabalho da Psicologia no presente contexto social, mas, principalmente, a execução de práticas qualificadas, baseadas na perspectiva do compromisso social da Psicologia e na garantia dos Direitos Humanos.

Referências:

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Resolução n. 8/2004, de 18 maio 2004, Diário Oficial da União, Brasília, 16 p., Seção I, 2004
- BRASIL. Decreto 53.464/64, Brasília, DF, Senado Federal, 1964.
- BRASIL. Lei 4119/1962, Brasília, DF, Senado Federal, 1962.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Relatório do II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: Políticas Públicas, Psicologia e Protagonismo Social. João Pessoa, PB: CFP, 2003.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 7ª REGIÃO (CRP-07). Psicologia e Políticas Públicas: Experiências em Saúde Pública. Porto Alegre, RS: CRP-07, 2001.
- CRUCES, Alacir Villa Valle. A Pesquisa na Formação de Psicólogos brasileiros e suas Políticas Públicas. Boletim Academia Paulista de Psicologia, julho/dezembro, ano/vol. XXVIII, nº 002. São Paulo, SP: Academia Paulista de Psicologia, 2008.
- SILVA, Úrsula Yglesias. Formação do psicólogo, políticas públicas e imagem social. In: Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, 7ª edição. 11-14 de Maio de 2011. Anais do evento: http://www.conpsp7.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_visualiza_atividade.asp?ati_codigo=29790 Salvador, Ba.

A importância do Tribunal de Ética para a sociedade

“Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo. A missão primordial de um código de ética profissional não é de normatizar a natureza técnica do trabalho, e, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria.” (Trecho da Apresentação do Código de Ética).

O Conselho Regional de Psicologia é uma Autarquia Federal, dotado de personalidade jurídica de direito público que como propósito orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga(o), zelando pela observância dos Princípios Éticos e de disciplina da classe, conforme estabelece o artigo 1º da Lei 5.766/71, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

Assim, com o objetivo de que essas funções sejam cumpridas, foi concedido ao CRP, como integrante da Administração Pública indireta, o Poder de Polícia, legalmente conceituado no art. 78 do Código Tributário Nacional, como a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de um fato, em razão de interesse público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Os Conselhos de Fiscalização atuam em defesa da própria sociedade, uma vez que são pessoas jurídicas de direito público resguardadas por lei para disciplinar e fiscalizar o exercício profissional. O Conselho Regional de Psicologia, através da Comissão de Ética, possui

competência para instaurar e julgar os processos éticos e processos disciplinares ordinários, estabelecidos pelo Código de Processamento Disciplinar (CPD). Vale lembrar, que o CPD dispõe em seu art. 1º, que as faltas disciplinares e infrações ao Código de Ética praticadas por psicóloga(o)s, seja no exercício profissional ou no cargo de Conselheira(o), serão apuradas em todo território nacional pelos Conselhos de Psicologia.

Já o art. 2º determina que os processos disciplinares serão iniciados por meio de uma representação de qualquer interessada(o) ou, de ofício, pelos Conselhos de Psicologia, por iniciativa de qualquer de seus órgãos internos ou de seus Conselheira(o)s, efetiva(o)s ou suplentes.

A finalidade do Processo Disciplinar Ético é apurar as faltas e infrações ao Código de Ética, fiscalizando o exercício da profissão, contribuindo desta forma, com o respeito aos direitos individuais e coletivos. A importância do Tribunal de Ética para a sociedade é tentar impedir abusos por parte de profissionais que, no exercício da sua atividade, deixam de se preocupar com o padrão de conduta ética, o qual garante a adequada relação da(o) profissional com a sociedade e fortalece o reconheci-



mento social da categoria. Deste modo, é interessante lembrar que constituem deveres fundamentais da(o)s psicóloga(o)s, conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir o que determina o Código de Ética da(o) Psicóloga(o), com o objetivo de evitar que a(o) profissional de Psicologia responda a processo ético.

COF - Comissão de Orientação e Fiscalização

Práticas alternativas: pesquisa ou atuação profissional?

HELENA MIRANDA
PSICÓLOGA ORIENTADORA FISCAL (03/5055)

A discussão dentro do Sistema Conselhos de Psicologia sobre a utilização de métodos e técnicas não reconhecidos pela profissão é antiga. Nos anos de 1994 e 1995, o CFP lançou duas Resoluções (Resoluções CFP 16/1994 e 29/1995) na tentativa de enquadrar quais técnicas não teriam a sua utilização permitida às(aos) psicólogas(os). Todavia, tais normativas se tornaram inexecutáveis, tanto pela dificuldade de mapear todas as novas práticas que surgem no terreno da Psicologia, quanto em função da impossibilidade de determinar (de forma permanente) a não utilização de uma técnica que, após um período de pesquisas e enquadramentos científicos posteriores, poderia se tornar válida.

O Fórum Nacional de Práticas Alternativas, ocorrido em 1997, contribuiu para uma mudança de visão por parte do Sistema Conselhos de Psicologia sobre esse tema. Ao invés de listar as técnicas não reconhecidas, optou-se por criar duas Resoluções (Resolução CFP 10/97 e 11/97) que estabeleceram critérios para divulgação, publicidade e exercício profissional da(o) psicóloga(o) associado a métodos e técnicas não reconhecidos pela profissão e para a realização de pesquisas junto a essas práticas alternativas.

Essas normativas atestam que as práticas não reconhecidas pela Psicologia só deverão ser utilizadas pela(o) psicóloga(o) enquanto recursos complementares e desde que tal prática esteja em processo de pesquisa, conforme critérios dispostos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Para tanto, a(o) cliente deverá declarar expressamente que tem conhecimento do caráter experimental da técnica utilizada pelo(a) psicólogo(a) e nenhum princípio fundamental ou artigo do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o)

poderá ser desrespeitado em função da utilização dessa técnica. No que tange ao desenvolvimento de pesquisas junto a essas práticas não reconhecidas, é importante esclarecer que o(a) psicólogo(a) pesquisador(a) não poderá receber honorários da população pesquisada e que esta pesquisa (por ser realizada com seres humanos) deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa – CEP ligado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP do Conselho Nacional de Saúde.

Nesse sentido, caberá ao(a) psicólogo(a) pesquisador(a) a elaboração de um protocolo de pesquisa para apreciação do CEP que deverá conter objetivos, justificativa, procedimentos adotados e salvaguardas éticas ligados à pesquisa. É importante lembrar que a garantia da validade dessas pesquisas relativas a práticas alternativas depende da ampla divulgação dos seus resultados e do seu reconhecimento por parte da comunidade científica e não apenas da conclusão das mesmas. Ou seja: é o embasamento científico que está relacionado à validade da prática e, consequentemente, à permissão por parte do Conselho de Classe para a sua utilização.

A preocupação do Sistema Conselhos de Psicologia com relação a essa temática é legítima já que cabe aos CRPs, enquanto Autarquias Federais dotadas de personalidade jurídica de direito público destinadas a orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de psicóloga(o), zelar pela observância dos princípios éticos da classe consoante estabelece a Lei 5.766/71.

Desse modo, torna-se inadequado e corresponde a infração ao Código de Ética a utilização de qualquer prática que não esteja reconhecida fundamentada na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

O CRP-03 solicita a toda a categoria que, caso tenha dúvidas sobre a permissão para utilização de determinado método/técnica, entre em contato com a Comissão de Orientação e Fiscalização para obter maiores informações. Pesquisas também poderão ser realizadas junto a outros CRPs do Brasil de modo a identificar o que vem sendo discutido regionalmente sobre essa prática.

Acreditamos que a comunidade científica tem muito a contribuir nessa discussão e na realização de estudos/pesquisas que auxiliem no respaldo acerca de novas práticas psicológicas e, consequentemente, no desenvolvimento da ciência da Psicologia. Essa experiência possibilita um maior fortalecimento da nossa atuação profissional.

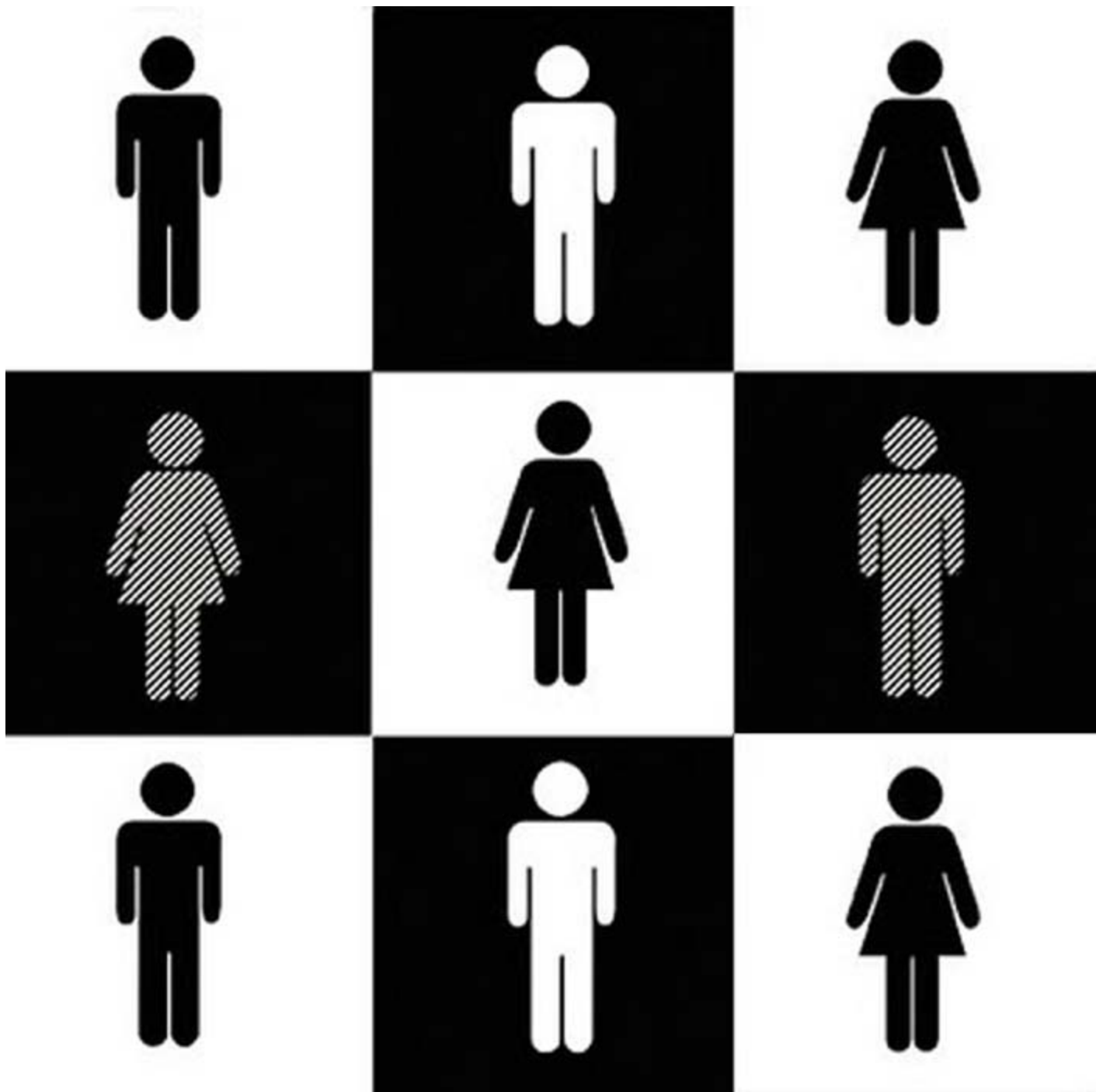
Referências:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Texto Orientativo sobre Novas Práticas/Outras Práticas em Psicologia. 2010.
Resolução CFP 16/1994
Resolução CFP 29/1995
Resolução CFP 10/1997
Resolução CFP 11/1997
Resolução CFP 16/2000

Se você, psicóloga(o), está vinculado a uma instituição que não possui Comitê de Ética em Pesquisa - CEP solicite a indicação de um CEP à CONEP de modo a viabilizar a realização da sua pesquisa.

Racismo nas práticas Psi's

CARLOS VINICIUS GOMES MELO*



Tematizar relações raciais nas produções científico-psicológicas é colocar a importância máxima da Psicologia e de seus profissionais se apropriarem e compreenderem que o racismo, assim como qualquer outro tipo de preconceito, segregação ou discriminação, produz como consequência, o agravamento do sofrimento e abalos na saúde mental. O intuito é de que a Psicologia possa contribuir na busca de saídas mais efetivas para a erradicação dos efeitos desses atos na saúde mental desses indivíduos.

Cabe a nós, enquanto categoria buscar sempre a interdisciplinaridade para evidenciar as dimensões subjetivas e sócio-históricas do racismo no Brasil, discutindo essas consequências causadoras de sofrimento psíquico e identitário, além de debater e colaborar na implementação de estratégias que possam subsidiar, nas suas diferentes atuações, na superação dos sofrimentos, preconceitos e discriminações no campo das relações raciais, incluindo o mito de democracia racial e as justificativas naturalizantes de injustiças sociais.

Entender que a Psicologia tratou e como tratou o conceito de raça no Brasil é imprescindível para compreender o seu ainda silêncio e falta de visão das(os) profissionais para perceber o preconceito e discriminação racial enquanto fator de promoção de humilhação e sofrimento psíquico.

*A análise do processo histórico de constituição dos saberes psicológicos e psiquiátricos, no Brasil, no entanto, vai evidenciar que, se hoje essa relação da Psicologia com a temática poderia ser descrita como de omissão, o passado nos mostra uma posição ativa desses saberes na produção de uma descrição da realidade que justifica a inferiorização racial dos negros. As problemáticas construídas a partir da cultura afro-brasileira marcam o início da produção das nossas ciências sociais.*¹

A Psicologia brasileira possui um histórico de produções de conhecimentos voltados para o controle, a higienização, a diferenciações e a categorizações estigmatizadoras em

brancos, índios, negros, deficientes mentais, doentes mentais, aptos e inaptos, etc. Neste prisma vemos que as idéias e teorias psicológicas estavam respondendo a interesses não de proteger a população sobre a qual atuava, mas sim sob méritos de uma reprodução de lucro capital e de poder em status quo social, concretizando aí um ideal eugenizado de Ser Humano detentor de direitos. Durante anos no Brasil, assim como no mundo, a Psicologia contribuiu para a construção da lógica da exclusão na sociedade com teorias e concepções naturalizantes que levaram a fortalecer idéias que camuflavam à realidade social brasileira; uma realidade de pobreza, preconceito, desigualdade e discriminação.

Os estigmas negativos sobre o negro foram construídos num processo histórico de etnocentrismo europeu de exclusão, que vem desde a Antiguidade quando surgiam às primeiras impressões da civilização grega para com as civilizações dos povos Aethiops (do termo grego que significa terra dos homens de pele negra). Passou depois pelas formulações clericais da Idade Média, com a afirmação do cristianismo perante as crenças pagãs e sua emergente visão sobre o que é ser humano. Pelas teorizações iluministas e racialistas dos séc. XVIII e XIX, iniciadas na Europa e depois na América Latina, legitimando o Darwinismo Social, o Determinismo Racial e a Teoria Lombrosiana de Degenerescência. Pelos estudos etnológicos iluministas com seu desembarque no Brasil, buscando civilizá-lo e modernizá-lo, por exemplo, pela ciência racista e eugênica das ligas brasileiras de saneamento e higiene social e mental. E ainda, dentro deste histórico, havendo a utilização desta ideologia em articulações governamentais brasileiras, ainda no séc. XX, que por viés destas políticas públicas inseriam as técnicas e o saberes psicológicos nas políticas de aprimoramento, embranquecimento e desenvolvimento do material humano nacional.

Foi notório que as teorias eugênicas e racializadas se proliferaram no Brasil primeiramente através dos conhecimentos médicos e nas políticas de saúde, enquanto produziam e utilizavam conhecimentos psicológicos. Essas idéias psicológicas eugenizadas e racializadas serviram de parâmetros nas políticas educacionais e segundo Ana Bock (2003), posteriormente houve transporte dos conhecimentos desta psicologia educa-

*cional para as avaliações e seleções trabalhistas provenientes da Psicologia do Trabalho/Organizacional, políticas relacionadas às relações de trabalho.*³

Então, por que historicizar como o sujeito negro foi visto pelos produtores de idéias, inclusive as ciências e a nossa Psicologia?

Enquanto linhas teóricas da Psicologia Social, considero fundamental discutirmos relações etnicorraciais sobre diferentes perspectivas. Dentre algumas, por exemplo, temos: 1) a perspectiva epistemológica da cognição social, que nos permite compreender os processos básicos que estruturam e são estruturadas cognitivamente as relações sociorraciais, basal para nos apropriarmos sobre Preconceito, Estereótipo, Estigma, Atitude, Crenças, Teorias Implícitas, Enfrentamentos, etc.; 2) além desta, temos também o entendimento através da Teoria das Representações Sociais que passa por uma perspectiva psicossociológica sobre os processos de construção do pensamento social carregando sempre um sentido de função simbólica na interligação entre cognição, afeto e ação; e 3) ainda aqui, não menos importante, o debate no ponto de vista da epistemologia sócio-histórica, para podermos compreender a temática das relações raciais num nível de complexidade analítica tanto na dimensão histórica e social do passado assim como na conjuntura do presente. Historicizar os paradigmas vigentes significa impor movimentos críticos de elaboração e superação, para podermos tratar de uma construção no plano epistemológico ao mesmo tempo em que se mobilizam vontades no âmbito da práxis para alimentar o pensamento e a ação. E aí, quando nos aprofundamos neste plano epistemológico da História da Psicologia perpetrada a nossa realidade racial brasileira, nos deparamos com uma dimensão até então encoberta da nossa história profissional. A psicologia, já enquanto saberes científicos, também como mantenedora dessa realidade que é a desigualdade sócio-racial.

A importância da apropriação da perspectiva sócio-histórica está numa análise histórica, quando colocamos a importância da história e memória nesse processo de problematizar questões do passado, afirmando que o indivíduo que lembra está sempre inserido e habitado por grupos de referência em vínculos estabelecidos, não somente físicos, mas também e principalmente abstratos, ao qual identifica no passado o seu presente. Assim também nesta perspectiva, a análise histórica reflete e expressa o fato de que a Psicologia como ciência trata essencialmente de questões subjetivas, levando em conta a transformação social. Nós enquanto psicólogas e psicólogos precisamos estar no papel de sujeitos epistêmicos, sempre pensantes, críticos e transformando também o meio em que vivemos. E dentro dessa apropriação, precisamos tomar como nosso objeto de estudo e trabalho as noções de “diversidade” e “subjetividade”. Nós como “sujeitas(os) de um suposto saber” precisamos valorizar a diversidade, sendo necessário acolher os sujeitos em suas diferenças, como também valorizar as diferentes formas de compreender esses sujeitos. Fundamental darmos valor a subjetividade, acolhendo as diferenças dos indivíduos, populações e culturas, posicionando-se criticamente diante dos processos de padronização em uma “igualdade perversa e excludente”, na medida em que as práticas psicológicas adaptadoras são parte das estratégias de controle que sustentam essa padronização.

Nosso avanço maior enquanto categoria profissional frente às relações étnico-raciais foi a Resolução do CFP Nº 18 de 2002, que estabelece, à(ao) psicóloga(o), normas de atuação em relação ao preconceito e à discriminação racial. Outros avanços são os números de trabalhos acadêmicos e publicações que nós psicólogas(os) temos produzidos ultimamente, e podemos evidenciar isto, por exemplo, na 2ª Edição do Guia de Referência Psicologia e Relações Raciais, lançado neste ano de 2011, que foi um material produzido pelo CRP03, através do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais, da Comissão de Direitos Humanos. Além disso, podemos também ver a discussão das relações raciais crescente nas diversas práticas profissionais, por exemplo: CRAS, CAPS Indígena, CRAS



Quilombola, Segurança Pública, Sistema Prisional, Saúde Pública e Saúde da População Negra, Relações de Trabalho, enfim, onde houver objeto de trabalho envolvendo, sujeitos humanos em diversidade e interrelação etnicorracial.

Apesar de algumas barreiras já vencidas, vejo que ainda temos muito mais desafios que avanços. Principalmente, considerando que os serviços da Psicologia não são para todos! A psicóloga e o psicólogo ainda estão muito direcionados para parcelas populacionais com certo capital cultural, social e financeiro, o que facilita o acesso e a qualidade dos nossos serviços para uma dita “elite”, mas por outro lado inviabiliza e desqualifica para uma suposta “ralé” social. Associado a isto está outro ponto de desafio, que são as linhas de produções teóricas e práticas que ainda são pouco pautadas no Latinoamericanocentrismo e no Afrocentrismo, sendo ainda muito atrelado a um modelo de ser humano, a um modelo de entender as relações político-sociais e a um modelo cultural fundamentado no Eurocentrismo. Enfim, busquemos desenvolver e valorizar uma psicologia e também seres humanos cada vez mais alusivos às nossas imagens, negras, indígenas, brancas, ciganas, femininas, etc.

Psicólogas e psicólogos, enquanto representantes de uma ciência e profissão, devemos nos preocupar igualmente em onde está o nosso papel político. Atualmente, temos plena ciência da existência de problemas sociais, como o racismo, e mesmo assim há a insistência de estarmos numa suposta imparcialidade. Isto significa omissão que significa coadunar com a manutenção da problemática. Precisamos enquanto profissionais e até cientistas nos comprometer a serviço da sociedade brasileira e baiana, pautando nosso trabalho nos princípios da qualidade técnica e rigor ético, contribuindo para o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão, na direção das demandas da sociedade, promovendo saúde e qualidade de vida de cada sujeito e de todos os cidadãos e instituições, como é descrito em nosso juramento profissional.

* Psicólogo CRP03/6732, Conselheiro do CRP03, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRP03 e Psicoterapeuta Junguiano e Sanitarista.

Referências:

¹ SILVA, Marcos Vinicius de Oliveira. Psicologia, Subjetividade e Relações Raciais no Brasil. In: Psicologia e compromisso social. São Paulo: Cortez, 2003.

² MACHADO et al. Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva e Direitos Humanos na Escola. São Paulo: Casa do Psicólogo: DF, Brasília, 2005.

³ MELO, Carlos Vinicius Gomes. A história da Psicologia e do afrodescendente com deficiência. Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2009, página 5. Disponível em: abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/625.%20%20a%20hist%D3ria%20da%20psicologia%20e%20do%20afrodescendente%20com%20defici%Cancia.pdf.

⁴ BOSI, Ecléa. Memória e sociedade - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

⁵ GONZÁLES REY, Fernando L.. Pesquisa Qualitativa em Psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

⁶ BERNADES, Lúcia Helena. Subjetividade: um objeto para uma psicologia comprometida com o social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Em meio às atividades que marcaram o Novembro Negro em Salvador, procuramos saber da(o)s psicóloga(o)s: “Na sua opinião, como a Psicologia pode contribuir para o combate às diversas formas de racismo e discriminação?”. Veja o que a categoria respondeu:

“Eu acho que a Psicologia pode contribuir para eliminação de qualquer tipo de discriminação seja ela racial, sexual, seja de credo ou qualquer outra coisa. O que nós buscamos é o ser humano em suas diferenças, pois cada ser humano é único e é inserido na sociedade e em um determinado grupo. Quando o indivíduo vem buscar na Psicologia Clínica um alívio para o seu sofrimento nós trabalhamos para que ele possa se desvincular ou acabar com essa questão de discriminação porque na verdade o ser humano é único.”

LENILDE OLIVEIRA (03/8771)



ASCOMICRP-03



ASCOMICRP-03

Esta é uma pergunta que exige uma resposta mais técnica, mas eu poderia dizer que a Psicologia pode contribuir no sentido de tornar as pessoas conscientes, porque as pessoas tendo consciência elas tomariam o destino na própria vida. Mas eu sou pessimista em relação a isso. Eu acredito que a forma pela qual a Psicologia poderia contribuir para isso é tendo uma clareza do ponto de vista metodológico, obtido mediante um tratamento científico da questão do que tem sido um resultado, o que tem sido mais efetivo nas estratégias de redução do preconceito. Dessa forma, é possível fazer um levantamento dessas estratégias, permitindo identificar que existem três níveis ou três maneiras distintas de tentar reduzir o preconceito.

MARCOS EMANUEL
PROFESSOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Acredito que a Psicologia, no sentido das desigualdades raciais, potencializa essas diferenças ao enquadrá-las em categorias como vem sendo feito até hoje. Vejo que a Psicologia precisa se abrir e conhecer muito mais a realidade como um todo, mais do que se voltar apenas ao sujeito dessa realidade; ela precisa estar nos espaços e conhecer o contexto onde as pessoas estão inseridas, compreender como esse contexto foi construído historicamente investigando os interesses, influências e objetivos ao redor dessa realidade. Eu acredito que só a partir disso a Psicologia vai realmente se engajar nessa luta como uma ciência que pode ir além do sujeito e ser mais voltada para o coletivo.

ANDRÉA PADOVANI
MESTRANDA EM PSICOLOGIA SOCIAL



ASCOMICRP-03

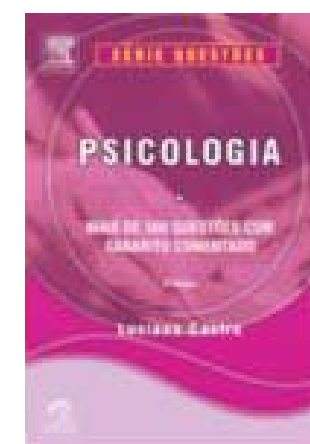


ASCOMICRP-03

A Psicologia pode contribuir no sentido de conscientização da população a partir da educação para as futuras gerações, conscientizando as pessoas para que elas possam conviver com a diversidade racial. Sabemos que o Brasil enfrentou o processo histórico de escravidão durante séculos e após a abolição muita coisa não mudou. Hoje com várias políticas públicas de inclusão racial muita coisa tem sido feita em relação à população negra. Acho que a Psicologia pode contribuir na questão da conscientização na questão da construção da igualdade racial dizendo não à discriminação e dando livre acesso e oportunidades iguais a todos.

PAULO ALEXANDRO COSTA (03/6425)

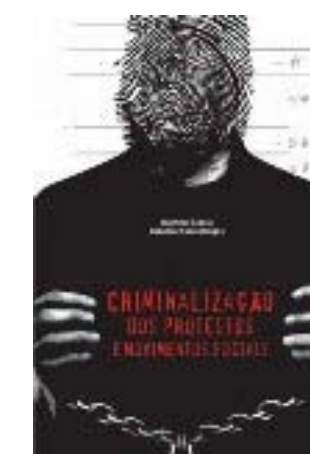
Disponíveis na biblioteca do CRP-03



Psicologia: mais de 500 questões com gabarito comentado

Autora: Luciana Castro
Ano: 2009
Número de páginas: 394
Doação: Editora Elsevier

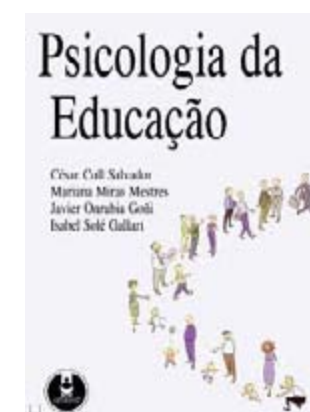
Quantidade: 01 exemplar na biblioteca para consulta



Criminalização dos protestos e movimentos sociais

Autoras: Kathrin Buhl e Claudia Korol
Ano: 2008
Número de páginas: 256
Doação: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Quantidade: 02 exemplares na biblioteca

Dica: disponível na internet para download



Psicologia da educação

Autor: César Coll Salvador (Org.)
Ano: 1999
Número de páginas: 209
Quantidade: 01 exemplar na biblioteca para consulta



ASCOMICRP-03

A psicóloga Patrícia Vilas Boas (03/4217) sugere o livro “Família e Casal: Saúde, Trabalho e Modos de Vinculação”



A obra apresenta uma coletânea de textos com todo o debate entre os membros do GT durante o XI Simpósio da ANPEPP e uma visão mais atual do desenvolvimento da pesquisa teórico-clínica sobre diferentes temas da área no país.

Editora Casa do Psicólogo
Autora: Terezinha Feres-Carneiro
Ano: 2007
Edição: 1
Número de páginas: 370
Média de preço: R\$ 63,50



A Psicologia da criança

Autores: Jean Piaget e Bärbel Inhelder
Ano: 2011
Número de páginas: 144
Quantidade: 01 exemplar na biblioteca para consulta



Currículo, gênero e sexualidade

Autora: Guacira Lopes Louro
Ano: 2001
Número de páginas: 111
Quantidade: 01 exemplar na biblioteca para consulta

Os melhores planos com as melhores condições para os Psicólogos.

SulAmérica
associada ao ING

Unimed
Norte / Nordeste

OdontoPrev
Você tratado por especialistas



TEXAS
Distribuidor Autorizado

QUALICORP
CORPORATIVA DE SAÚDE

Ligue Agora:
71 9115-6817 / 8740-8246



Um psicólogo múltiplo

Falecido em 2010, ele era um ativista entusiasmado com a Filosofia, o Cinema e a Docência

TEXTO: VANESSA MENDES
FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

A paixão pela filosofia e pelo cinema, os estudos na área da esquizoanálise e a sua marca registrada, o uso de suspensórios, fazia do psicólogo Valter Aparecido Rodrigues uma figura que atraía a atenção de muitas(os). Chamado carinhosamente de “Mestre dos Magos”, Freudinho ou Tinho, o filho único de dona Matilde e seu Sebastião Rodrigues nasceu no município paulista de Itapira (a 159 km de São Paulo). Aos 18 anos, foi morar na capital; em 2006, mudando-se para Vitória da Conquista, interior da Bahia.

Formado pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, em 1975, Valter, como ele mesmo escreveu em um dos seus blogs, distanciou-se da formação em Psicanálise e mergulhou em estudos autônomos de Filosofia. Apaixonado por filósofos como Deleuze, Guattari e Espinosa, se tornou professor. Foi movido pela prática docente que defendeu, em 2002, a tese Corpo, técnica e mídia: simulações de potência, tornando-se mestre em Comunicação, pela Faculdade Cásper Libero.

Psicólogo e Editor

Inquieto, além da Psicologia, passou a se dedicar as atividades editoriais. Foi responsável pelo Departamento de Publicações de instituições de ensino como a Escola Freudiana de São Paulo e a Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero-SP. Também preparou originais, fez leituras críticas e prestou serviços para várias editoras.

Como psicólogo desenvolveu trabalhos no Hospital Psiquiátrico Vila Alpina- SP e no Centro de Assistência Comunitária de Parelheiros-SP, atuando na intervenção em favelas com conflitos intergrupais. Os últimos trabalhos foram realizados em Vitória da Conquista, onde voltou a clinicar e participou do Projeto Família e Identidade. Nele, eram feitos atendimentos. “Ele tinha prazer em visitar e trabalhar com as comunidades carentes. No Família e Identidade a gente mantinha um vínculo mais afetivo com as pessoas, deixando de lado aquele aspecto institucional”, destaca Arnaldo Pereira, que na época coordenava o setor responsável pelo projeto.

O professor

Como professor universitário Valter conquistou o respeito e admiração das(os) suas(eus) alunas(as). Um mestre diferente, por não se enquadrar no perfil esperado, sempre humilde, surpreendente e denso, com hábito de citar livros e filmes em suas aulas. Discutia muito e afetava a todas(os) com suas provocações, seus textos, seus casos, seus contos.

Atuou como professor dos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Psicologia e Comunicação Social. Também trabalhou na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, nas Faculdades Integradas de Guarulhos-SP, na Universidade do Triângulo em Uberlândia, Minas Gerais, entre outras.

Em Vitória da Conquista continuou com suas atividades docentes, lecionando na Faculdade de Tecnologia e Ciências/FTC e na Faculdade Juvêncio Terra, esta última possui Diretório Acadêmico de Psicologia com o seu nome. Para grande parte das(os) suas(eus) alunas(os) cruzar com Valter foi um privilégio ímpar. “Para muitas(os), a sua presença era um desconforto, uma ausência de sentido. Eu iniciei o curso esperando repostas, mas aprendi principalmente com ele, que ninguém as tem para ninguém”, escreveu Josué Brito em homenagem ao professor. Já outro ex-aluno, Hélio Flores, recorda que o método de ensino daquele que admirava exigia atenção redobrada e, principalmente, a leitura prévia dos textos. “Pra mim, no entanto, ele foi fascinante já na primeira aula. Especialmente por uma afinidade que eu não via em outros professores: o amor pelo cinema”, relembra.

Foi por meio da paixão pelo cinema, que dividia espaço com as plantas, os cachorros, o café e os livros, que Valter conquistou amizade e admiração de muitas(os) cinéfilas(os). A(o)s aficionada(o)s por cinema se impressionavam não apenas com a quantidade de filmes vistos por ele, mas com a facilidade com que narrava as obras, descrevendo cenas e temas como se estivesse acabado de assisti-los, dando interpretações ricas e estimulantes. A paixão pelo cinema também o levou a participar, como membro da coordenação, do Projeto Cine Seis e Meia, que atuava na formação de plateia, na valorização da produção nacional e exibição de clássicos da cinematografia mundial, difundindo o gosto pela arte.

Também gostava de cursos livres e coordenou vários deles. Participou da Escola Nômade, que promovia movimentos culturais por meio de eventos, palestras, oficinas e cursos e do Centro de Estudos em Ética da Comunicação. Coordenou o Projeto Usina, um grupo de estudos, pesquisa e projetos em micropolítica.



A descontração e o bom humor faziam de Valter uma figura sempre rodeada de amiga(o)s e de suas(seus) ex-aluna(o)s



Ao lado da esposa Zezel, Valter foi um companheiro zeloso e pai de presença marcante

O pai e esposo

Em 2002, Valter teve que lidar com uma perda irreparável: a morte da filha Marília, vítima de assassinato aos 22 anos quando voltava da faculdade para casa, até hoje a motivação não foi esclarecida.

Por meio das redes sociais conheceu, em 2005, a professora baiana Zezel Leite. Casaram-se no ano seguinte e, em novembro de 2009, adotaram um bebê. Lucas passou a ser o principal assunto das conversas do casal e Zezel define esposo de duas formas: como pai, era carinhoso, palhaço, parceiro; como marido, amigo e companheiro.

Em 15 de novembro de 2010, aos 62 anos, o “Mestre dos Magos” faleceria vítima de uma doença pulmonar obstrutiva crônica e uma infecção generalizada. Entretanto, ilustrando o ditado atribuído ao Dalai Lama, “ensinar é uma forma de atingir a imortalidade”, Valter passou a ser eterno, principalmente para as pessoas que conviveram com ele. Todas(os) ficaram, de alguma maneira, marcadas(os) por suas palavras. Passaram a gostar mais de Cinema, de Filosofia e, de vez em quando, se surpreendem ao repetir o que aprenderam com o mestre.

Para conhecer mais sobre Valter Rodrigues e o seu trabalho visite os blogs: <http://usinagrupodetodos.blogspot.com/> e <http://letrasrizomaticas.blogspot.com>

O CRP-03 entrevistou o psicólogo Adriano Barata (CRP-03/1712) sobre as relações da Psicologia e a questão das pessoas com deficiência dando ênfase à situação da(o)s pessoas que usam cadeira de rodas. Adriano é psicólogo, especialista em Neuropsicologia e já fez atendimento a pacientes com deficiência física. Confira!



1- Quais são as principais dificuldades enfrentadas por pessoas que utilizam a cadeira de rodas?

Adriano Barata: O primeiro é a acessibilidade. A gente vive em uma sociedade que está acordando agora para a questão de adaptação de locais públicos. Pensamos muito na parte da locomoção, mas essa adaptação dos lugares também é muito importante. Tem também a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Existe uma lei que defende a contratação de portadora(s) de deficiência, mas mesmo assim, percebe-se que muitas empresas preferem ser multadas do que cumprir esse preceito. Além disso, tem a questão da pessoa que está passando pela transição, pela limitação e aí entra a parte da reabilitação. Eu trabalho muito focando a deficiência como fator estressor da vida do sujeito. De que forma esse indivíduo vai montar estratégias para enfrentar esse estressor, essa nova fase, as questões emocionais, a questão da dependência física e etc. Fora isso tem o namoro, o relacionamento, a própria imagem que a pessoa tem de si mesma. A pessoa tem de encontrar formas de ter uma valorização apesar da desvalorização, ou seja, saber fazer uso dessa deficiência como, por exemplo: tentar as vagas dedicadas para deficientes em concursos públicos. Isso é usar a lei a seu favor.

2- Como foi a sua inserção no mercado de trabalho? Houve algum empecilho para que você exercesse a profissão?

AB: Felizmente eu não tive tanta dificuldade. Desde que eu optei estudar Psicologia eu já pensava que não teria tanta dificuldade em relação à parte motora, pois é um trabalho mais de intelecto, a não ser que se trabalhe com aplicação de testes, mas mesmo assim é possível se adaptar.

3- Você acredita que as Políticas Públicas voltadas para a(o)s cadeirantes atendem a necessidade destas pessoas? Por quê?

AB: As coisas estão começando a acontecer, mas pensando na cidade de Salvador eu vejo que há certo desconhecimento por parte desse assunto. Existe uma lei que dispõe que as pessoas com deficiência pagam meia entrada nos locais. Certa vez fui a um teatro e uma pessoa que trabalhava com a venda do ingresso me falou que tinha conhecimento da lei, mas que naquele local ela não era válida. Isso é lei e esta deve ser cumprida. Faço questão de batalhar, de brigar. Quando vejo uma pessoa estacionando em vaga para deficiente eu aviso ao segurança, pois isso não pode ser permitido. Coisas que são simples, mas é uma questão de direitos. Chamo isso de equiparação de oportunidades. As vagas para deficientes em shoppings, repartições públicas entre outros são próximas ao elevador porque o indivíduo com cadeira de rodas precisa ficar perto do elevador para se locomover. Muita gente pensa que isso é uma vantagem, mas não é. É uma questão de equiparar oportunidades, criar condições que o indivíduo tenha essa chance de participar socialmente. Quando pensamos em reabilitação, a primeira coisa que lembramos é de vencer as limitações físicas e ganhar independência, mas uma vez feita essa parte a gente tem que pensar em um degrau maior que é a cidadania. É você ter que se colocar no seu direito e dever.

4- Qual o papel da(o) psicóloga(o) na inclusão social de pessoas com deficiência?

AB: Na primeira fase, se você pensar em uma lesão traumática e até em lesão não traumática, a fase da mudança brusca, do baque sofrido, se trabalha muito com depressão, quadro de ansiedade, adaptação e a inserção

social do sujeito. O panorama começa a mudar quando o indivíduo se dispõe a enfrentar essas limitações sabendo que elas existem e se adaptar diante delas. A(o) psicóloga(o) que trabalha com portadora(s) de deficiência deve ter, não só o conhecimento da sua área de Psicologia, mas também conhecimento na área de saúde e mostrar ao indivíduo que teve a esfera física limitada que existem outras esferas a serem exploradas.

5- Como a Psicologia pode contribuir como ciência e profissão na questão das pessoas com deficiência?

AB: Pode contribuir primeiro na parte de pesquisas. Acho que faltam pesquisas nessa área aqui no Brasil. Com isso o trabalho da(o) psicóloga(o) ficaria mais aprofundado. Trabalhei alguns anos nessa área de pesquisa e acho que a(o) profissional de Psicologia tem muito que contribuir. Existe um trabalho interessante em Psicologia Social Comunitária que a(o) psicóloga(o) pode realizar, não só nos institutos de reabilitação, mas também na questão do momento em esse indivíduo sair daquele local ele também vai precisar do princípio de assistência. Eu costumo dizer que o trabalho da(o) psicóloga(o) não é tão visível como nas outras áreas, mas acredito que é o mais permanente porque a transformação que ele passa é para a vida toda. Assim, durante o processo terapêutico é elevada a auto-estima dele, ela(e) começa a superar o que aconteceu e começa a encontrar o seu papel nessa vida tendo um sentido para viver. Ver o sujeito dar esse salto e conseguir essas mudanças são nossos maiores trunfos.

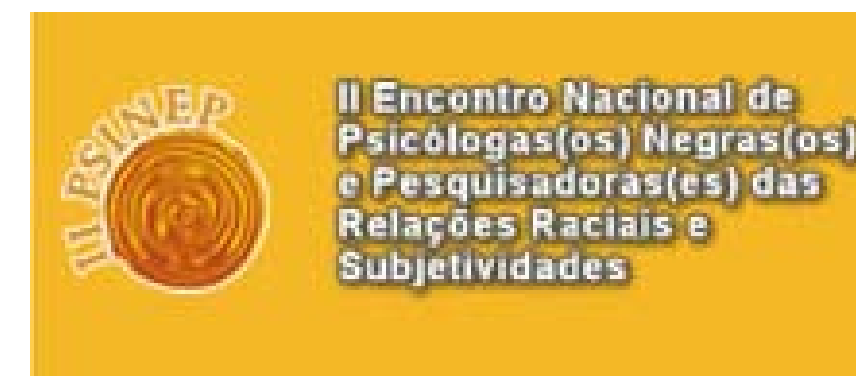
IV Congresso da Ulapsi



O IV Congresso da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia está agendado para os dias 26, 27 e 28 de abril de 2012, em Montevideo, no Uruguai com o tema: "Construindo a identidade latino-americana da Psicologia". Para saber mais acesse: <http://www.ulapsi.org.br/>.

II PSINEP é agendado para outubro de 2012

O II Encontro Nacional de Psicóloga(s) Negra(s) e Pesquisadora(s) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (PSINEP) está marcado para o mês de outubro de 2012, na cidade de Recife-PE. O período do evento foi decidido durante o debate on line Racismo: o que a Psicologia tem a ver com isso? que aconteceu em 22 de outubro de 2011 com intuito de discutir a atuação da(o) psicóloga(o) em relação ao racismo e a importância da Psicologia no enfrentamento dessa temática. Acompanhe informações sobre a 2ª edição do evento no site: <http://psinep.pol.org.br>.



2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia

Marcada entre os dias 20 e 22 de setembro de 2012, na cidade de São Paulo-SP, a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia é uma realização do Sistema Conselhos de Psicologia em comemoração aos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil. O evento será um momento de troca de experiências sobre as práticas realizadas diariamente pela(o)s profissionais da área em todo o país. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas através do site: <http://mostra.cfp.org.br>.



MBA IPOG

**SUCESSO COMPROVADO
EM 19 ESTADOS**

GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS E COACHING

EXECUTIVO EM LIDERANÇA & GESTÃO EMPRESARIAL

IPOG 10 ANOS

ESPECIALIZANDO VENCEDORES

APOIO:

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

SINDICATO DOS ENGENHEIROS BAHIA

CONSELHO REGIONAL DE Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia

VALORES DIFERENCIADOS PARA ASSOCIADOS

Amanhecemos
com os olhos do
amanhã e o dia é
Anoitecemos com
os olhos de ontem e
a noite é hoje

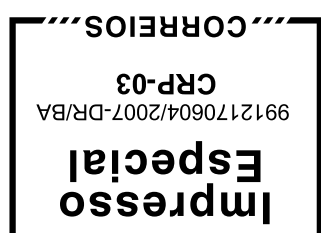
OBSERVAÇÃO DO
TEMPO

DAMÁRIO DA CRUZ
(1953 - 2010)

E
de
falta
de
sintonia,
de
tanta
busca e
rabiscamos no
morte calendário a
dos dias.



www.crp03.org.br



REMETENTE
Conselho Regional de
Psicologia da 3ª Região
Rua Aristides Novis, 27, Federação
40210-630 - Salvador - BA